

ECONOMIA

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, SÁBADO, 25 DE NOVEMBRO DE 1995

Economia - Brasil

Economia reagirá a partir de abril

Malan prevê redução do desemprego, mas ainda considera ajuste de contas públicas o maior desafio para 96

São Paulo — O ministro da Fazenda, Pedro Malan, afirmou ontem que a economia só deverá reagir a partir do segundo trimestre do próximo ano, o que permitirá uma redução do desemprego no País. Malan reconheceu que a política monetária restritiva adotada pelo Governo contribuiu para ampliar o desemprego, ao lado de outros fatores, como a modernização tecnológica e a abertura econômica. Segundo o ministro, o abrandamento do aperto monetário continuará e seus efeitos serão sentidos no próximo ano.

"Reconheço que a decisão de usar a política monetária para preservar o programa de estabilização teve reflexos sobre o emprego, mas decidimos flexibilizar as medidas e seus efeitos deverão surgir no segundo trimestre de 1996", afirmou o

ministro durante o seminário "O que esperar de 1996", realizado em São Paulo.

Sobre a preocupação dos bancários em relação à possibilidade de demissões por conta da reestruturação dos bancos, Malan disse que esse ajuste do sistema financeiro é inevitável e está ocorrendo em vários países do mundo. O ministro voltou a defender as medidas que concederam maior poder para o Banco Central intervir nesse processo: "O BC agora tem um instrumento legal para fiscalizar melhor o sistema", afirmou.

Segundo o ministro, o Banco Central sempre foi criticado. Alguns diziam que ele agia tarde demais, outros o acusavam de ações precipitadas. Agora, afirmou Malan, o BC tem poderes para atuar preventivamente. Em defesa do

BC, disse ainda que ele não fiscaliza ou analisa balanços, apenas acompanha as informações dos bancos.

O maior desafio do Governo para o próximo ano, na avaliação do ministro, será o ajuste das contas públicas. Malan lembrou que a inflação mascarava os orçamentos e que, a partir de agora, é preciso saber exatamente quais são as receitas e as despesas. Disse ainda que os estados e municípios que precisarem de empréstimos federais para pagar o 13º salário de seus funcionários terão que tomar medidas duras de redução de despesas que serão exigidas pelo Governo Federal.

"Acabou a época de recursos a fundo perdido para estados e municípios. Só vamos emprestar nos casos em que houver compromisso com o saneamento e o ajuste fiscal", afirmou.

Geraldo Magela



Malan: Governo exigirá contrapartida para emprestar a estados